**Joint Report on the Situation of Human Rights Defenders in the Americas**

**Questionnaire prepared by the Office of the UN High Commissioner for Human Rights and the Inter-American Commission on Human Rights**

May 2019

The Office of the UN High Commissioner for Human Rights (OHCHR) and the Inter-American Commission on Human Rights (IACHR) invite you to share information on the situation of human rights defenders in the Americas. The information gathered through this questionnaire will contribute to the joint OHCHR-IACHR report on the subject, which will be launched late in 2019.

This report will be publicly available on the [website of OHCHR](https://www.ohchr.org/EN/Countries/LACRegion/Pages/CallInputsReportOHCHRInterAmericanCommision.aspx)and on the website of the IACHR.

Your responses will be made public and attributed to you in thereport, unless you indicate otherwise.Where possible please limit the response to each question to 500 words.

National Human Rights Institutions, civil society and human rights defenders are invited to send their responses in Word format by e-mail to adesouza@ohchr.org with an address where they can receive a reply to their submissions if necessary. For this purpose, a downloadable version of the questionnaire in English, French and Spanish is available on the OHCHR website.

The deadline for submitting the completed questionnaire is **10 June 2019.**

Please provide your contact details in case we need to contact you regarding this questionnaire. (Note that this is optional).

* Name of the organisation/institution:

Justiça Global

* Contact and e-mail:

contato@global.org.br

daniele.duarte@global.org.br

* Country or sub-region (indicate the country or sub-region in which you work)

Brasil

* Can we attribute these responses to you or your organization publicly?

Sim

**Questions:**

* **Situation of human rights defenders:**

What do you consider to be the contextual factors - positive and/or negative - that have had the greatest impact on the situation of human rights defenders in your country and/or region since 2016?

Desde 2016 o aumento da criminalização, perseguição e violência contra quem defende direitos no Brasil vêm se acentuando. O número de assassinatos e a brutalidade registrada nesses crimes preocupam as organizações de direitos humanos brasileiras. Em 2016, o Conselho Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos registrou o assassinato de 66 defensoras e defensores de direitos humanos. Em 2017, a violência continuou crescendo e 5 chacinas foram registradas.

Em 2018, durante a campanha eleitoral do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, foram registradas inúmeras declarações defendendo ações violentas contra movimentos sociais e suas lideranças. Ao assumir o governo, o presidente vem tentando implementar políticas que atacam diretamente os direitos conquistados pela população brasileira e a quem defendem direitos sociais e direitos humanos. O atual governo elegeu o Movimento Sem Terra, quilombolas e indígenas como “inimigos declarados” e vem, por meio de ações concretas atacando essas populações que lutam por seus direitos.

A tática utilizada pelo atual governo contra a ação de movimentos e organizações sociais vai além de discursos e manifestações públicas em favor dos setores do agronegócio e grandes proprietários de terra, e incitação da violência. Responsáveis por grande parte dos conflitos agrários que resultam em mortes e violência contra trabalhadores e trabalhadoras no Brasil. Além disso, a forte presença de militares em cargos estratégicos do governo e em áreas destinadas ao debate e elaboração de políticas públicas para o campo, é outra preocupação das organizações sociais brasileiras. São mais de 130 militares no poder executivo, muitos deles ocupando cargos estratégicos para a definição das políticas públicas para o meio rural, a exemplo das presidências da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O resultado dessa ofensiva do poder executivo é o aumento excessivo da violência no campo e na cidade. A impunidade segue deixando assassinos e mandantes em liberdade para cometer novos crimes. A distância e o difícil acesso a territórios situados no interior dos estados dificulta a chegada de ajuda às populações em risco e também a obtenção de informações sobre os assassinatos e ameaças que ocorrem nesses locais para posterior denúncia dessas violências.

Diante dessa conjuntura continuamos a ver uma violência grande contra Defensores de Direitos Humanos. Embora os números de assassinatos no país tenham diminuído de 71 em 2017 para 28 em 2018 (dados da Comissão Pastoral da Terra), outras formas de violência tiveram aumentos significativos nos últimos anos e a violência contra a mulher defensoras de direitos humanos é um desses casos com aumento significativo.

What are the main causes and/or risk situations that contribute to a situation of violence and vulnerability against human rights defenders?

A completa e total omissão do Estado em relação a apuração dos casos de violência e em também na prática dessas violências, instaurou no Brasil um ambiente de autorização para crimes como estes e a certeza da impunidade na responsabilização aos ataques sofridos pelos defensores e defensoras de direitos humanos.

As alterações legislativas em curso revelam que o Brasil está caminhando a cada dia para o sufocamento do exercício da democracia. A exemplo disso temos o decreto de Garantia da Lei e da Ordem expedido, a violência policial e as decisões judiciais que impõem limites ao direito de livre manifestação.

O desmonte e enfraquecimento das políticas sociais se apresentam como um grande fator que contribui para o aumentoda situação de violência para os defensores de direitos humanos. Em 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional 95 que determina o congelamento do orçamento públicos no periodo de 20 anos em areas como a saúde, educação, assistência social, moradia e etc. Essa e outras medidas tem sido parte de um grande processo de austeridade em curso no país.

What are the main advances and strengths concerning the protection and promotion of the work of human rights defenders in your country or in the region? What are the main setbacks and obstacles/challenges?

A constituição de espaços de monitoramento e incidência de políticas públicas existentes, a manutenção e fortalecimento das redes de promoção e defesa das organizações e defensores e defensoras de direitos humanos tem se constituído como as principais fortalezas contra os ataques sofridos. A articulação com organizações e organismos internacionais também se apresentam de forma a fortalecer o trabalho dos defensores de direitos humanos.

Embora não se tenha certeza da continuidade e mesmo com as limitações políticas e financeiras a que vem sendo exposto, o Conselho Nacional de Direitos Humanos se constitui como espaço de fortalecimento e de incidência política que contribui e fortalece a defesa e proteção dos defensores de direitos humanos. Espaços como estes constituem hoje, no contexto de recrudescimento da violência e de fechamento dos espaços democráticos do governo, como espaços de articulação e de luta contra a retirada de direitos e pela efetivação dos direitos humanos.

O Comitê[[1]](#footnote-2) Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humos, desde a sua constituição vem se estabelecendo como um importante espaço de articulação de políticas públicas para superação dos problemas estruturais geradores de vulnerabilidades aos defensores e defensoras de direitos humanos. Espaço de impulsionamento e monitoramento da implementação da Política e do Programa Nacional de Proteção às Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), visando o fortalecimento e proteção de defensoras, defensores e movimentos sociais.

O Comitê é uma articulação composta por 34 organizações e movimentos sociais do campo e da cidade que acompanha a temática e atua na proteção às defensoras e defensores de direitos humanos em situações de risco, ameaça ataque e/ou criminalização em decorrência de sua militância.

What should be changed in your country or region to contribute to a safe and conducive environment for the defence of human rights?

Se faz necessário que o governo brasileiro priorize a continua manutenção e implementação do programa de proteção aos defensores e defensoras de direitos humanos no país, ampliando sua atuação para todos os estados da federação. Assim como também garanta uma maior responsabilização e apuração nos casos de morte e ameças aos defensores, garantindo assim um ambiente segura para atuanção dos/as defensores/as e acabando com as altas taxas de impunidades nos casos de violência contra os defensores.

Também se faz necessário que os Governos estabaleçam processos em que os direitos humanos, economicos, sociais e ambientais sejam mantidos, assim como o enfrentamento a corrupção, a garantia dos títulos de propriedade e o respeito e garantia aos direitos coletivos que combatam as causas estruturais dos processos de desiguladade no país.

* **Defenders most at risk:**

What are the groups or sectors of human rights defenders most at risk? Please explain the distinct nature of the risks and threats faced by women human rights defenders, indigenous peoples, Afro-descendants and other groups.

Há décadas as comunidades quilombolas lutam pelo reconhecimento de suas terras, atacadas cotidianamente por fazendeiros/as, grileiros/as, empresas e muitas vezes pelo próprio Estado que invadem seus territórios desrespeitando e ameaçando seu espaço e modos de vida tradicional e/ou não permitindo a titulação de terra que lhes é direito.

Nestes casos estamos diante de defensores e defensoras que enfrentam situações violentas, frutos da ganância capitalista que pretende apossar dos seus territórios, intersseccionando-se ao racismo, que classifica determinados grupos como seres inferiores por conta da sua cor pele e/ou origem étnica. São violências acentuadas pelo racismo institucional, seja pela recusa ou morosidade do Estado nos processos de titulação das terras, seja pela negação de direitos básicos e do acesso a serviços e políticas públicas. Nos territórios, são as mulheres quilombolas, especialmente, que resistem de forma radical pela concretização dos direitos territoriais de suas comunidades.

Historicamente os povos indígenas são tratados como cidadãos e cidadãs de segunda categoria, numa concepção em que suas tradições são consideradas um impedimento ao “progresso” dos locais onde vivem e conseqüentemente do país. As mulheres indígenas são alvo constante de violências nas disputas territoriais. A violência sexual faz parte de uma estratégia para desmoralizar as comunidades e suas lutas em defesa de seus territórios. Mulheres e crianças são violentadas por pistoleiros como forma de intimidar as comunidades e pressioná-las a deixar suas aldeias para o usufruto dos/as grandes proprietários/as de terra.

Concerning groups or sectors of human rights defenders in a situation of greater risk, do you see any change since 2016?

No que consisteda proteção desses grupos infelizmente temos que destacar as mudanças negativas, pois nos últimos anos percebemos o crescente aumento em relação aos diversos tipos de violências que vem sofrendo os defensores de direitos humanos, ressaltando um maior impacto relacionado às mulheres defensoras tanto nas áreas urbanos como nas áreas do campo.

Diante da atual conjuntura continuamos a ver uma violência grande contra Defensores e defensoras de Direitos Humanos. Segundo a Comissão Pastoral de Terra[[2]](#footnote-3), embora os números de assassinatos tenham diminuído de 71 em 2017 para 28 em 2018, outras formas de violência tiveram aumentos significativos nos últimos anos e a violência contra a mulher defensora de direitos humanos é um desses casos com aumento significativo. Em 2018 482 mulheres foram vítimas de violência em conflitos agrários, um aumento de 377% em relação a 2017, essas mulheres têm sido presas, ameaçadas, atacadas e assassinadas devido a sua atuação frente às violações que sofrem e se colocam como lideranças nas lutas. Outro dado importante nesse aumento de violência é o aumento de famílias expulsas da terra em 2017, 1400 famílias foram expulsas e em 2018, 2300 famílias tiveram que sair de seus territórios.

What are the main protection concerns and challenges faced by human rights defenders when carrying out activities in both the public and private spheres, including through digital means?

Um dos principais desafios para a proteção a defensoras e defensores de direitos humanos decorre do crescente processo de fragilização do Programa de Proteção a DDH. O programa é a principal política de governo voltada à adoção de medidas protetivas aos defensores e defensoras em risco, com missão de atuar em especial sobre as causas estruturais que provocam tais ameaças. Mas a fragilização política do programa o torna cada vez menos capaz de influir sobre as causas estruturais, e mesmo de prover medidas de proteção emergenciais aos casos que acompanha. O monitoramento das situações de risco e acompanhamento do defensor/a é feito de maneira pouco segura e eficiente, há entraves que dificultam o manejo de recursos emergenciais para auxílio em deslocamento, mudança, apoio psicológico, dentre outras demandas urgentes que se apresentam aos defensores em risco.

Outra grande dificuldade que se apresenta para a proteção de defensoras e defensores em risco é o alto grau de comprometimento dos agentes estatais de segurança pública, que são, na maioria das vezes, parte dos arranjos de poder causadores dos riscos aos defensores e defensoras de direitos humanos. Em grande parte das vezes, é arriscado contar com as forças de segurança do Estado para a adoção de medidas de proteção. Muitos defensores/as sentem-se inseguros, por exemplo, no registro de ocorrências em delegacias, temendo que a formalização acabe tornando-se ainda uma nova causa de ameaça. Outros defensores são ameaçados diretamente por policiais e outros agentes do estado.

Uma alternativa que tem se desenhado de maneira mais sistemática tem sido a ampliação de redes de acompanhamento na sociedade civil. Isto inclui redes de advogados, de militância, e também de organizações de direitos humanos. A análise de risco das atividades desempenhadas por defensores é, muitas vezes, avaliada por essas diferentes redes de acompanhamento, muito embora ainda de modo pouco sistemático. Essas redes também auxiliam o monitoramento da vulnerabilidade de defensores em meios digitais, seja pela exposição a risco por meio do uso das redes sociais (publicização de agendas em locais ou contextos sensíveis, entre outros), seja no auxílio para a implementação de práticas de segurança digital, seja na adoção de medidas após um episódio de ataque virtual.

* **Attacks or restrictions:**

What are the most recent statistics on attacks and restrictions against human rights defenders in the country or region? Please indicate the source of the information and indicate the period covered.

A Global Witness[[3]](#footnote-4) informa que em 2017 foram 57 assassinatos de defensores de direitos humanos no Brasil, sendo 25 deles acorridos durante massacres. Infelizmente não temos dados copilados que nos informe a situação real, levando em consideração a diversidade de atuação dos/as defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil.

What are the main types of attacks and restrictions against human rights defenders in the country or region? Do you see any change since 2016? If possible, identify if there is a geographic area that needs to be highlighted in particular.

Nos últimos anos vemos acirramento no Brasil na luta pelo direito a lutar por direitos. Vemos o crescimento dos processos de criminalização dos defensores de direitos humanos e movimentos sociais. Esses tipos de ataques vêm se consolidando pela via judicial e como objetivo o esvaziamento dos conteúdos políticos construídos historicamente. Essa e outras práticas acentuam outras formas de ataques como a despolitização, o silenciamento dentre outras muitas formas de impedir a luta por direitos.

Could you identify one or more patterns in the type of aggressors/perpetrators? Are these state or non-state actors?

Na maioria das vezes, as formas de intimidação e ataques a defensores e defensoras de direitos humanos no Brasil tem, direta ou indiretamente, alguma relação com agentes de Estado. Mesmo quando partem de particulares ou de grupos privados, os ataques, em geral, contam com, ao menos, a conivência dos agentes estatais.

No campo, os ataques a defensores e defensoras de direitos humanos partem, em geral, de grupos privados ligados a latifundiários, ao agronegócio, ou a outros tipos de atividades da cadeia extrativa de recursos naturais. Uma forma muito comum são os chamados “pistoleiros” – pessoas contratadas para garantir a segurança privada de terras e empreendimentos. Por vezes, a pistolagem é diretamente ligada às forças policiais que atuam na região; outras vezes essa relação se dá de forma mais indireta, ou mesmo pela conivência.

Temos observado a crescente intimidação a defensores e defensoras de direitos humanos que atuam contra as violações cometidas por empresas mineradoras, ou contra violações que derivam da implementação de grandes projetos de desenvolvimento, como hidroelétricas. Nesses casos, os perpetradores podem ser agentes ligados às próprias companhias, ou mesmo ligados a empresas prestadoras de serviço de segurança privada, ou ainda forças policiais locais.

Nos contextos urbanos, a polícia é a grande responsável pelas ameaças a defensores de direitos humanos. Há, ainda, o crescente cenário de intimidação que parte do exponencial aumento da influência de grupos militarizados em grande parte dos territórios urbanos, como as milícias. Grupos de milícia tem sido apontados, inclusive, como os responsáveis diretos pelo assassinato da vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro, o caso de ataque a defensores de direitos humanos no Brasil que alcançou maior repercussão internacional nos últimos anos.

What are the consequences and impact of the attacks and restrictions at the individual and collective level (both in the scope of the organizational space and in broader social spaces)?

São diversas as consequências que podem ser apontadas. Em nível coletivo, a principal consequência é a desagregação da luta em defesa dos direitos humanos, a partir da difusão da intimidação e do medo. Desagregar os processos coletivos é mesmo um dos objetivos principais que identificamos nos ataques a defensores de direitos humanos. Há, igualmente, uma desqualificação das causas perante setores mais amplos da sociedade, associando a defesa dos direitos humanos ao desrespeito à ordem e às leis, que avança, em diversos casos, para a efetiva criminalização de movimentos sociais e grupos ativistas.

Em nível individual, observamos que as situações de risco e ameaça tem revertido em grandes afetações para a saúde física e mental de defensores e defensoras de direitos humanos. A busca de acompanhamento psicológico como forma de enfrentar cenários de desqualificação pessoal, ameaça ou intimidação tem se mostrado recorrentes. Da mesma forma, notamos que o endurecimento do cenário político e o aumento dos discursos e crimes de ódio também tem acarretado processos de adoecimento mental em defensoras e defensores de direitos humanos.

What types of attacks do you consider to particularly affect women human rights defenders (in urban and rural areas, members of indigenous and Afro-descendant communities, and other groups)

Em 2018 foram 482 mulheres vítimas de violência em conflitos agrários, um aumento de 377% em relação a 2017, essas mulheres têm sido presas, ameaçadas, atacadas e assassinadas devido a sua atuação política enquanto lideranças nos seus campos de luta.

As mulheres defensoras de direitos humanos desafiam as estruturas dominantes por sua própria existência como sujeitas políticas, pois ocupam os espaços públicos que são historicamente ocupados por homens brancos heterossexuais.

As defensoras enfrentam situações de violência tanto nos seus espaços domésticos como em suas comunidades, sofrem ameaças e agressões por serem ativistas, por parte da polícia, do Estado, empresários/as, fazendeiros/as e tantos outros sujeitos que ocupam os espaços públicos e de poder, enfrentado também situações similares por seus pares na luta política. Existe um aumento no “uso” da violência sexual enquanto um componente muito presente nas violências cometidas contra as defensoras de direitos humanos.

Sofrer intimidações e questionamentos sobre sua capacidade intelectual para realizar as tarefas dos cargos de direção das organizações em que atua é uma constante na vida das defensoras de direitos humanos.

* **Guarantees for the free exercise of the defense of human rights:**

Do you consider there is any aspect of the normative, institutional and public policy framework that promotes or hinders the free exercise of the defense of human rights?

Have you identified as an existing problem in your country or in the region the misuse of criminal law to criminalize human rights defenders for their activity? If so, please indicatein which contexts it occur, which actors are involved, and what would be the main causes or the factors that generate it.

O governo brasileiro tem apresentado diversos projetos legislativos para flexibilizar leis com uma suposta intenção de combater o crime organizado, o tráfico de drogas e a violência.

No mês de fevereiro desse ano, o ministro Sérgio Moro apresentou um projeto chamado de projeto anticrime que prever aumentar penas, endurecer regimes e dar mais efetividade ao processo penal. O projeto foi apresentado como se fosse novo, mas já existem diversas ações de mudança do código penal na legislação brasileira pelo menos nos últimos 10 anos. O projeto insiste na visão punitivista e de inchaço do já colapsado sistema prisional, propondo endurecimento de penas e a redução de direitos como da progressão de penas. Além disso, incorpora a promessa de campanha de Jair Bolsonaro ao oferecer carta branca à polícia para matar – o chamado excludente de ilicitude. As organizações da sociedade civil entendem que esse pacote não resolverá o problema da violência nem o combate ao crime organizado e que só aumentará o estado penal que encarcera jovens, negros e pobres que são as principais vitimas dessa política de segurança pública militarizada.

Ainda em âmbito legislativo existem vários projetos de lei que visam flexibilizar a legislação atual de terrorismo aprovada em 2016, Lei 13.260,que é uma lei com tipo penal muito amplo, mas que por pressão dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil conseguiu colocar ressalvas aos movimentos sociais e as manifestações públicas para que essas não fossem consideradas terroristas. Mas no início desse ano várias propostas foram feitas no sentido de alterar essa lei de 2016 e em caso aprovadas, podem representar a autorização legal para a violação de direitos fundamentais e para a criminalização de ativistas e movimentos sociais.

Da forma como está tramitando no momento, o projeto de lei 443/19 que propõe ampliar a definição e o rol de atos considerados terroristas, para incluir, por exemplo, condutas como depredação de transportes ou qualquer bem público ou privado e sabotagem de sistemas de informática com motivações políticas ou ideológicas. A proposta ampliaria ainda a própria motivação geral para o terrorismo, incluindo de forma indefinida ”razões políticas, ideológicas e sociais”.

Ainda nesse início de ano o governo editou um novo decreto, o 9797/2019 que regulamenta a posse e o uso de armas de fogo no Brasil. Entendemos que o decreto émais uma tentativa do governo federal de desviar a atenção dos graves problemas da segurança pública no país e foi apresentado apenas para agradar uma parcela dos eleitores do presidente eleito. Esse decreto poderá colocar em circulação muitas armas e aumentar ainda mais a violência, ao contrário do que é justificado pelo governo. O decreto pode trazer ainda um clima de violência no campo brasileiro já que possibilita armar latifundiários enquanto proíbe que movimentos sociais tenham acesso às armas, uma medida que pode trazer grandes implicações para a paz social no campo.

If relevant, under what crimes are human rights defenders wrongly accused? If possible, provide concrete examples.

* **Access to justice and reparation:**

Could you provide information on the state of investigations of crimes committed against human rights defenders?

What measures has the State taken to guarantee adequate reparation and guarantees of non-repetition? Please refer to concrete examples.

 O Estado não tem apresentado nenhuma medida que garanta proteção e/ou reparação efetivas para os/as defensoras e defensores de direitos humanos no país.

* **Preventive and reactive actions concerning attacks against human rights defenders:**

What measures, legislation, policies and mechanisms have had a positive or negative impact on generating safe contexts for human rights defenders? Do you know cases that could illustrate this?

If relevant, please include an assessment of national mechanisms for the protection of human rights defenders. What has been their real scope and effectiveness? Please indicate the reasons for this assessment.

Diante do contexto político nacional, das missões realizadas pelas organizações que atuam no campo dos direitos humanos e a partir de relatos de experiências dos próprios defensores e defensoras de direitos humanos, lamentavelmente, o Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos tem cada vez mais diminuído seu poder de atuação para resolução de questões estruturais que levam à situação de insegurança das/os defensoras/es[[4]](#footnote-5). Isso se dá em razão da própria ineficiência ou falta de interesse do Estado na resolução das causas geradoras dos conflitos.

A precarização de órgãos e políticas públicas, tais como a Funai e o Incra, também aumenta a pressão sobre os territórios, intensifica os conflitos e sujeita as/os DDHs a uma vulnerabilidade ainda maior. Nesse cenário, é preocupante ainda o desmonte da política de proteção, haja vista que por vezes é a única política que chega aos DDHs.

Thank you for your participation in this questionnaire!

Please attach any documents that might be relevant and useful to the report (e.g., reports, flagship cases). You can send them by e-mail to adesouza@ohchr.org as well as any questions or observations to this questionnaire.

1. Vidas em luta : criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil em 2017 / Organização de Antonio Francisco de Lima Neto [et al.]. — Rio de Janeiro: Justiça Global, 2018. [↑](#footnote-ref-2)
2. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil 2018**. Disponível em:<encurtador.com.br/aCFT5>. p.174. Acesso em: 04 junho de 2019. [↑](#footnote-ref-3)
3. <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/a-que-pre%C3%A7o/> [↑](#footnote-ref-4)
4. Vidas em luta : criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil em 2017 / Organização de Antonio Francisco de Lima Neto [et al.]. — Rio de Janeiro: Justiça Global, 2018. [↑](#footnote-ref-5)